

ICMBio

Edição 583 – Ano 13 – 13 de novembro de 2020

em foco

Pesquisas e monitoramento da biodiversidade não pararam durante a pandemia

ICMBio publica Instrução Normativa sobre Visitação com objetivos educacionais

Esec da Serra das Araras realiza operação de combate aos incêndios

ICMBio publica Instrução Normativa sobre Visitação com objetivos educacionais

O ICMBio publicou uma Instrução Normativa estabelecendo procedimentos para a visitação com objetivo educacional nas unidades de conservação federais. A visitação é uma atividade permitida em todas as categorias previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), com diferentes finalidades, de acordo com os objetivos de criação de cada unidade de conservação, devendo ter exclusivamente finalidades educativas em estações ecológicas e reservas biológicas.

A instrução normativa é fruto de um esforço conjunto da Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (Coest) e da Divisão de Ordenamento da Visitação e do Ecoturismo (Dovis), que articularam o apoio da equipe ampliada de interpretação ambiental, servidores de unidades de conservação, da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo (Coman) e da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) na construção do instrumento.

A iniciativa da construção de uma instrução normativa específica para essa temática partiu da ausência de entendimento padronizado sobre o que seria uma visita com objetivos educacionais e a importância de esclarecer que a atividade não deve se restringir ao público escolar, podendo ser proporcionada ao público em geral. As unidades devem ser preparadas para receber toda a sociedade, e não apenas grupos específicos.

A regulamentação oferece instrumentos aos gestores para o manejo da atividade nas unidades de conservação de qualquer categoria do



Observação da vida silvestre, de aves ou de formações geológicas são exemplos de atividades com objetivos educacionais.

SNUC, buscando uma diversificação das oportunidades de uso, de acordo com a vocação e características cênicas, naturais, culturais e sociais da unidade de conservação.

Para Raiane Viana, da Rebio Trombetas, a instrução normativa será de grande auxílio na implementação de diferentes atividades de uso público que podem ser proporcionadas pela unidade, ampliando o perfil de visitantes que frequentam a área com a oferta de atividades qualificadas e bem planejadas. “São exemplos de atividades com grande potencial para visitação com objetivos educacionais: observação da vida

silvestre, de aves, de formações geológicas, visitas a comunidades tradicionais, mergulho, caminhadas com ou sem pernoite, contemplação da paisagem”, ressalta.

“O que diferencia a visitação com objetivos educacionais de outras formas de visitação é o planejamento e a execução da atividade, que não tem finalidade puramente recreativa e deve ser mais estruturada no que se refere ao planejamento, execução e monitoramento”, ressalta a coordenadora da Coest, Roberta Barbosa.

A visitação quando bem planejada é estratégica para sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação e, como apoio aos gestores no processo de planejamento, a Coest desenvolveu o Roteiro de Planejamento da Visitação com Objetivos Educacionais. Ele pode ser acessado no portal do ICMBio clicando [aqui](#).

O QUE É UMA ATIVIDADE DE VISITAÇÃO COM OBJETIVO EDUCACIONAL?

É aquela onde o planejamento, a execução e o monitoramento da atividade são estruturados de modo a atingir objetivos educacionais cognitivos, comportamentais e/ou atitudinais propostos. Busca a sensibilização e o aumento dos conhecimentos dos visitantes, inclui atividades de natureza e duração variáveis, é dirigida a diferentes tipos de público e procura utilizar técnicas de interpretação pessoal ou não pessoal, evitando-se oferecer apenas atividades com a presença de condutor de visitantes ou monitores.



Você sabe como planejar a sinalização em áreas de uso público?

O ICMBio possui dois manuais de sinalização para áreas de uso público que devem ser utilizados conforme a estratégia da gestão da unidade de conservação. O Manual de Sinalização para UC Federais é destinado para as propostas de sinalização com placas nas áreas de uso público em geral, inclusive trilhas, quando for a estratégia da gestão e estiver de acordo com o zoneamento da área. Acesse [aqui](#) para conhecer a publicação.

Já o Manual de Sinalização de Trilhas é voltado para sinalização mais rustica de trilhas terrestres, quando essa for a opção da gestão, bem como para locais de difícil acesso (áreas remotas) e em zonas de manejo que não admitem alto nível de intervenção no ambiente. Permite que a sinalização seja realizada de forma simples e com baixo custo, busca dar uniformidade a esse tipo de sinalização de forma que possa ser facilmente interpretada pelo visitante. Conheça [aqui](#) a publicação



CENAP realiza Oficina de Monitoria do PAN Canídeos

Com seu monitoramento anual, o **Plano Nacional para a Conservação dos Canídeos Silvestres** (PAN Canídeos; 2018-2023) teve a sua 2ª oficina de monitoria realizada virtualmente entre os dias 15 e 17 de setembro, e no dia 15 de outubro. Organizada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (Cenap), o encontro contou com a participação dos membros do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), além de participantes da Coordenação de Identificação e Planejamento de Ações para Conservação (Copan).

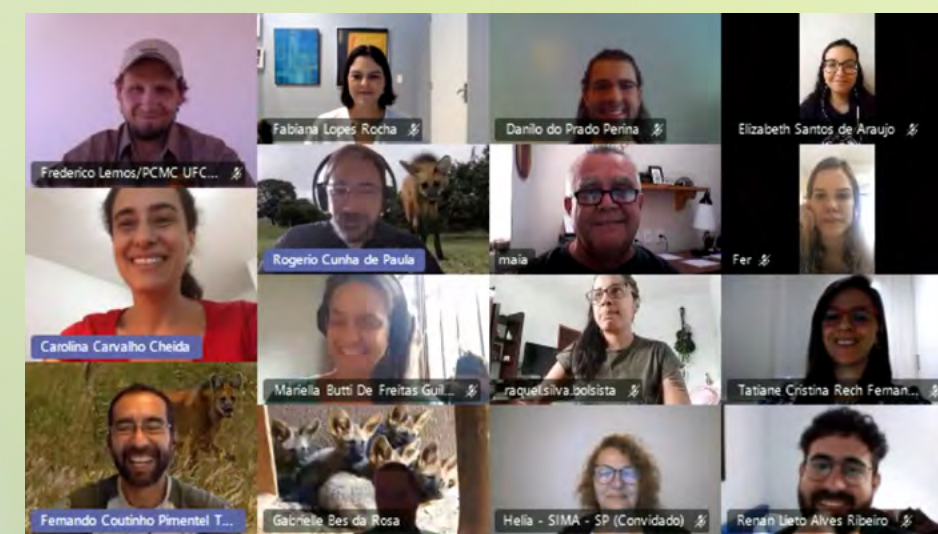
Foram verificados importantes progressos no andamento das ações, especialmente naquelas voltadas à perda de indivíduos na natureza devido a doenças e atropelamentos. "As mudanças de habitats devido ao aumento da ocupação humana provocam um contato progressivo com uma série de doenças típicas de cachorros domésticos, como parvovirose e cinomose. Além disso, há um aumento na movimentação dos animais, causando maior exposição e riscos de atropelamentos nas travessias de estradas e rodovias", explica o analista ambiental do Cenap e coordenador do PAN Canídeos, Rogério Cunha de Paula. Ainda ressaltou-se os novos caminhos de trabalhos em parceria com empresas do setor produtivo (cana-de-açúcar e soja) no nordeste de São Paulo e oeste Baiano visando melhorias no uso do solo e a consequente melhora na conservação das espécies.

Os participantes comemoraram a boa execução de

várias ações nesse último ano de implementação, além de ressaltarem a necessidade de inclusão de quatro novas ações, especialmente voltadas a educação. Este é o resultado de um trabalho em rede que tem funcionado bem para melhorar a situação dos canídeos brasileiros ameaçados de extinção.

Saiba mais sobre o PAN

O PAN Canídeos abrange quatro espécies ameaçadas de extinção: cachorro-do-mato-de-orelhas-curtas (*Atelocynus microtis*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*) e cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*). Coordenado pelo Cenap, é executado por diversos atores, incluindo especialistas de diversas áreas de interesse vinculadas à conservação das quatro espécies. O PAN Canídeos possui 48 ações relacionadas aos impactos causados por modificações de habitats adequados, doenças provenientes de animais domésticos, atropelamentos e outros conflitos com o ser humano, inclusive os que geram perseguição e caça de indivíduos.



Equipe realiza reunião virtual para avaliar PAN.

CPB realiza a Oficina do PAN Primatas da Mata Atlântica e da Preguiça-de-coleira

Nos dias 29 e 30 de outubro foi realizada a Oficina da 2ª Monitoria do **Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas da Mata Atlântica e da Preguiça-de-coleira**. A oficina foi coordenada pelo CPB e contou com a participação dos membros do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) do PAN. O objetivo foi monitorar a implementação das 49 ações, distribuídas em seis objetivos específicos.

A avaliação foi a de que, de maneira geral, as ações apresentaram uma boa taxa de implementação neste último ano, no qual 65% ocorrem conforme o previsto, 15% ainda não foram iniciadas ou não foram finalizadas no período previsto, 15% estão com problemas de realização e 5% já foram finalizadas.

As ações que apresentaram maiores dificuldades de realização são as relacionadas ao objetivo de manejar primatas e preguiças alóctones, ou seja, que não são oriundas daquele local, e prevenir a colonização de novas áreas, pois demandam muitos recursos financeiros, uma forte articulação entre os parceiros, além de um robusto planejamento e coordenação das atividades, em função do grande número de áreas.

Já os objetivos relacionados ao desenvolvimento de estratégias de comunicação, sensibilização e articulação, assim como, o de mitigar a remoção de indivíduos devido à ações humanas, já apresentam duas ações concluídas e as demais se desenvolvem conforme o previsto, apesar das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, que prejudicaram a realização de algumas atividades.

Para o professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNF) e membro do GAT,

Dr. Carlos Ruiz-Miranda, o formato virtual e a condução da facilitadora funcionaram muito bem, garantindo a ampla participação de todos. “Além disso, avançamos bastante, apesar dos 8 meses de pandemia e, antes disso, o período de final e início do ano. Agora temos uma lista de tarefas e atividades a desempenhar e que vão fazer a diferença na conservação dos primatas”, ressaltou.

“A oficina foi bastante produtiva, bem como, o resultado das ações. Um ponto positivo é que, como as informações já estavam previamente organizadas, resultado do esforço dos colaboradores e para encaminhar as informações e da equipe do CPB em compilar, conseguimos avaliar com mais calma todas as ações e fazer complementações, enxergando o todo com clareza”, resalta o professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e membro do GAT, Dr. Gastón Giné. “Vejo as oficinas como momentos de troca de conhecimentos e experiências que fortalecem o grupo, contribuindo para o amadurecimento de todos”, complementa Giné.

O PAN Primatas da Mata Atlântica e da Preguiça-de-coleira foi elaborado em 2018, contempla 13 espécies de primatas e uma de xenartras, a preguiça-de-coleira. Tem como objetivo aumentar o habitat e reduzir o declínio das populações de primatas e preguiça ameaçados da Mata Atlântica.

Espécies contempladas pelo PAN: *Bradypus torquatus*, *Alouatta guariba clamitans*, *Alouatta guariba guariba*, *Brachyteles arachnoides*, *Brachyteles hypoxanthus*, *Callicebus melano-chir*, *Callicebus personatus*, *Callithrix aurita*, *Callithrix flaviceps*, *Leontopithecus caissara*, *Leontopithecus chrysomelas*, *Leontopithecus chrysopygus*, *Leontopithecus rosalia*, *Sapajus robustus*.

PAN tem como objetivo aumentar o habitat e reduzir o declínio das populações de primatas e preguiça ameaçados da Mata Atlântica. Na foto: *Callithrix flaviceps*



Marilyn Mardegan

Pesquisas e monitoramento da biodiversidade não pararam durante a pandemia

A pandemia causada pela Covid-19 provocará uma grande valorização das pessoas pelos espaços naturais, que devem ser muito mais procurados depois da quarentena. Além disso, a quarentena não parou com as pesquisas e com o monitoramento da biodiversidade realizados pelos gestores e bolsistas do ICMBio. Entretanto, os trabalhos em campo ficaram mais prejudicados. Essas são algumas das conclusões durante as discussões do XI Seminário de Pesquisa e do XII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio, que teve como tema central “Desafios diante da Pandemia por Covid-19”.

O evento realizado de forma on-line reuniu mais de 300 pessoas inscritas e ainda contou com a presença do presidente e dos diretores do ICMBio, entre outras autoridades, durante a abertura do Seminário, na última terça-feira (10).

Como acontece todos os anos, o XII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio premiou quatro bolsistas na categoria de melhores trabalhos de pesquisas; e como nova iniciativa premiou também dois bolsistas na categoria de fotografia.

O evento ainda promoveu a apresentação de vídeos pôsteres, conferências e mesas redondas sobre diversos assuntos que envolvem a biodiversidade.

“Nos surpreendeu a quantidade de resumos recebidos para avaliação e a qualidade

dos vídeo-pôsteres gravados, foram 125 vídeo-pôsteres e mais de 300 inscritos. Tivemos nós mesmos da COPEG o desafio de gerenciamento de um evento a distância, algo completamente inédito para a Coordenação, mas a realização a distância permitiu a participação de um público maior”, ressalta o coordenador da Coordenação de Pesquisa e Gestão da Informação sobre Biodiversidade (COPEG), Ivan Salzo.

VIDA AO AR LIVRE

“A vida ao ar livre em meio a natureza virou tema de primeira necessidade nesta quarentena em que vivemos, há uma valorização das pessoas pelos espaços naturais.” A afirmação é do professor antropólogo Luiz Almeida Marins Filho, que palestrou na última terça-feira (10) durante a abertura do XI Seminário de Pesquisa.

Em sua palestra, Marins afirmou que as pessoas não querem mais ficar dentro de casa e vão valorizar ainda mais a natureza. “O mundo está desesperado pelo meio ambiente. As pessoas querem estar na natureza. A juventude hoje também não quer mais fazer turismo em igreja e museu, querem a natureza. Essa é uma geração do suco natural e da água mineral, mais voltada à saúde e à vida em meio a natureza”, defendeu. Segundo ele, as empresas já sabem que as pessoas estão valorizando muito mais a natureza e, hoje, querem participar mais de programas de educação ambiental.

Além de defender a valorização dos espaços naturais como as unidades de conservação geridas pelo ICMBio, Marins defendeu o incentivo à educação ambiental nas escolas dos municípios: “É necessário trabalhar a formação de professores das escolas sobre o meio ambiente, e isso hoje é possível fazer à distância. Vivemos um culto ao materialismo, um consumismo exagerado. Por isso, precisamos educar as pessoas para consumir com mais consciência. Precisamos de diálogo e de união, de propor soluções práticas e homeopáticas para que as pessoas se despertem para o cuidado da biodiversidade. Cuidar da natureza é uma responsabilidade de todos”, concluiu.

Logo após foi a vez da pesquisadora Fernanda Staniscuaski, da Universidade do Rio Grande do Sul, falar sobre a pandemia na produção científica. Ressaltou os inúmeros problemas que enfrentam as pesquisadoras mães na produção científica, já que precisam se dividir entre o trabalho e os cuidados dos filhos. “A pandemia trouxe uma redução no número de submissão de artigos dos docentes assinados por mulheres (49,8%) em relação aos homens (68,7%)”, ressaltou.

EXPERIÊNCIAS POSITIVAS DURANTE A PANDEMIA

Jorge Luiz do Nascimento, do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, apresentou os resultados da experiência com diversas armadilhas fotográficas instaladas em trilhas durante o período de fechamento da unidade pela Covid-19. Ele contou que, durante a pandemia com o Parque fechado, as armadilhas fotográficas registraram 572 mamíferos silvestres e 325 registros de pessoas circulando na unidade sem autorização. “Na quarentena, com o Parque fechado, usamos as imagens dos animais nas trilhas nas redes sociais. Isso ajudou muito a

mantermos uma relação muito viva das pessoas com o Parque”, ressaltou. Ele lembrou também que as armadilhas fotográficas mostraram o primeiro registro do mundo de uma onça-parda com leucismo.

Já Patrícia Serafini, do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave), contou como os pesquisadores do Centro de Pesquisa se adaptaram à realidade da pandemia. Segundo ela, as reuniões virtuais ajudaram a manter o trabalho, estratégia utilizada por outros Centros de Pesquisas do ICMBio. Foram várias oficinas, palestras e supervisão dos Planos de Ação (PANs); sempre realizadas de forma virtual e mantendo o trabalho. “A equipe do Cemave sempre se manteve próxima, apesar da separação física”, ressaltou Patrícia.

Ela lamentou que as ações de campo ficaram prejudicadas. Contou que na Ilha da Trindade, por exemplo, onde foram construídos ninhos artificiais para a reprodução de fragatas, o monitoramento no local ficou prejudicado, mas com a parceria da Marinha do Brasil, o Cemave conseguiu monitorar pelas imagens das armadilhas fotográficas que foram instaladas. “Os militares mandavam as imagens, a parceria foi fundamental”. Já o monitoramento de aves no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos não sofreu interrupções, de acordo com Patrícia.

O analista ambiental Ivan Braga Campos apresentou e explicou como funciona o uso de áudios como ferramenta de monitoramento da biodiversidade em unidades de conservação. Segundo ele, o som permite a gravação de muitas espécies ao mesmo tempo. Ele contou sua experiência do uso do som para monitoramento dentro do Parque Nacional do Cipó.

VALORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE É FUNDAMENTAL

Na mesa de redonda sobre biodiversidade e pandemia, na quarta-feira (11), Rafael Raimundo, professor da Universidade Federal da Paraíba defendeu a valorização do meio ambiente e investimentos em monitoramento da biodiversidade e corredores ecológicos. Ressaltou em sua palestra que é necessário “reinventar novas formas bioeconômicas na sociedade pós-pandêmica”. Um desafio, segundo ele, pois vivemos em uma sociedade economicamente mantida por petróleo, minério, monocultura e gado. “Esse é um problema estrutural para se resolver”. Segundo o professor, é necessário combinar ciência, tecnologia, inovação, inclusão social, reconciliar conservação e valorizar o meio ambiente”.

Já a bióloga e especialista em jornalismo científico Paula Drummond de Castro ressaltou o papel da comunicação científica na conservação da biodiversidade. Segundo ela, a comunicação tem papel fundamental para gerar engajamento entre a população. Paula ressaltou que o Brasil está entre os 10 países do mundo que mais produzem pesquisas sobre biodiversidade. Ainda ressaltou que nos últimos 5 anos o Brasil aumentou em 93% a produção de artigos em ecologia. “O Brasil cresce na produção de pesquisas, além de termos uma ciência de qualidade feita no país”.

Pesquisa e manejo de fauna frente à COVID-19

Pesquisa e manejo de fauna frente à Covid-19 foi o tema abordado pelo coordenador do CPB, Leandro Jerusalinsky, no XI Seminário de Pesquisa e XII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio.

A COVID-19 já vitimou fatalmente quase 1.300.000 pessoas em todo o mundo, com mais de 52 milhões de casos confirmados. Os primeiros casos ocorreram na cidade chinesa Wuhan, em dezembro de 2019, e, já em 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – em 30 de janeiro – e depois pandemia – em 11 de março. O vírus que causa a COVID-19 em humanos – o SARS-CoV-2 – provavelmente tenha origem em morcegos. Após passar por hospedeiros intermediários, teria finalmente atingido os humanos, num processo conhecido como transbordamento zoonótico (ou zoonotic spillover), que também pode ocorrer no sentido inverso.

Ainda em fevereiro, descobriu-se que primatas não-humanos, quando infectados por esse vírus, também poderiam desenvolver doença similar à COVID-19 em humanos. Isto gerou grande preocupação sobre os possíveis impactos

nas populações silvestres, inclusive considerando exemplos anteriores de outros vírus que atingem igualmente humanos e primatas não-humanos, como o da febre amarela. Com isso, em 25 de março, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB), juntamente com outras instituições, como as Sociedades Brasileira (SBPr), Latino-americana (SLAPrim) e Internacional (IPS) de Primatologia e o Grupo Especialista em Primatas (PSG) da IUCN, editaram o “Comunicado sobre primatas, COVID-19 e a SARS-CoV-2”

O documento disponibilizou orientações para profissionais que lidam com primatas não-humanos em cativeiro ou vida livre, visando reduzir o risco de introduzir ou expor primatas ao novo coronavírus, conforme noticiado na Edição 553 do ICMBio em Foco.

Acompanhando a subsequente publicação de centenas de artigos científicos inéditos sobre o assunto, esse mesmo grupo decidiu atualizar aquelas orientações. Entretanto, duas informações foram fundamentais para ajustar o foco do novo documento: outros animais, principalmente mamíferos, também poderiam ser suscetíveis ao SARS-CoV-2; e instituições gestoras de áreas protegidas começaram a avaliar sua reabertura para visitação, pesquisa e outras atividades. Assim, em 28 de agosto, foram publicadas as “Recomendações Biodiversidade & COVID-19 - Orientações sobre uso público e

pesquisa científica em unidades de conservação e outros ambientes naturais”, endossadas por cerca de 50 instituições, entre Centros do ICMBio, Sociedades Científicas, Grupos da IUCN, Institutos de Pesquisa, Órgãos Governamentais, Organizações Não-Governamentais, Laboratórios e Grupos de Pesquisa, como reportado na Edição 574 do ICMBio em foco. Essas recomendações têm o objetivo de evitar a transmissão do SARS-CoV-2 entre funcionários, visitantes, comunidades tradicionais, pesquisadores e usuários de unidades de conservação e, ainda, reduzir o risco de contaminação de animais selvagens pelo vírus.

Essas recomendações foram amplamente divulgadas e disponibilizadas pelas instituições cossignatárias. Com isso, passaram a ser utilizadas por várias unidades do ICMBio como ressalvas na emissão de autorizações para atividades científicas e didáticas por meio do SISBIO. A Fundação Florestal de São Paulo as incluiu na Portaria Normativa nº 322, que regulamenta as atividades de pesquisas em UCs durante o cenário pandêmico. O Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais adaptou as imagens disponibilizadas no documento para comunicação preventiva no Parque Estadual de Ibitipoca. Frente aos novos conhecimentos disponíveis e aos debates estimulados pela publicação do documento, já há sugestões para aprimorar as orientações em futuras versões do documento.

Iniciação Científica reúne 35 trabalhos de pesquisas

Durante o XII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio, 35 estudantes apresentaram os resultados de suas pesquisas em duas salas. A avaliação dos trabalhos foi feita por membros do Comitê Institucional e Comitê Externo do PIBIC/ICMBio. De cada sala foram premiados os trabalhos que ficaram em 1º e 2º lugar.

A estudante Williana Joylla Silva, que ganhou o primeiro lugar (da sala 1) com o trabalho intitulado “Diagnóstico socioeconômico e relações de uso da avifauna por populações humanas na área de proteção ambiental e refúgio de vida silvestre da Ararinha azul”, conseguiu executar a pesquisa mesmo com as dificuldades da pandemia e o difícil acesso às comunidades.

“O projeto é muito importante para o sucesso da reintrodução da Ararinha azul (*Cyanopsitta spixii*), na APA e no Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha azul, como para a conscientização e melhoria das condições socioeconômicas da população. Sou muito grata à comunidade, aos voluntários do projeto Ararinha na Natureza. Estou feliz com essa premiação, fará com que a área da Etnobiologia tenha mais visibilidade e que as pessoas possam reconhecer a importância desse tipo de pesquisa”, ressaltou. O trabalho foi realizado sob orientação de Camile Lugarini, coorientação de Flávia de Campos Martins e com ajuda dos colaboradores Cláudia Sofia Guerreiro Martins e Washington Soares Ferreira Júnior.

Confira abaixo o resultado dos trabalhos vencedores.

SALA 1			
Colocação	Estudante	Título da pesquisa de Iniciação Científica	Orientador (a)
1º Lugar	Williana Joylla Silva	Diagnóstico socioeconômico e relações de uso da avifauna por populações humanas na Área de Proteção Ambiental e Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul.	Camile Lugarini
2º Lugar	Gleysla Gonçalves de Carvalho Fernandes	Similaridade florística e distribuição espacial em uma área de Floresta Ombrófila Aberta na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri	André Luis Macedo Vieira
SALA 2			
1º Lugar	Karina da Silva Inacio Maciel	Comparação entre os métodos de captura de caranguejo uçá (<i>Ucides cordatus</i>): subsídio a termo de compromisso na ESEC da Guanabara	Juliana Cristina Fukuda
2º Lugar	Gabriela da Silva Batista	Monitoramento da fauna silvestre atropelada no entorno da Floresta Nacional do Tapajós	Nilton Junior Lopes Rascon

A foto de capa do ICMBio em Foco é do estudante que ganhou o 2º lugar no I Concurso de Fotografia do PIBIC/ICMBio, tendo em vista que a foto da primeira colocada será utilizada na capa da edição especial do PIBIC/ICMBio da Revista BioBrasil.

SOBRE A FOTO:

Estudante e autor da foto: Natan Tomaz Massardi

Orientador: Leandro Jerusalinsky

Legenda: *Callithrix* sp. introduzido na área de ocorrência do Sagui-da-Serra-Escuro (*Callithrix aurita*).

A foto foi obtida durante a execução da pesquisa intitulada “Levantamento e diagnóstico de *Callithrix aurita* (É. Geoffroy, 1812) e congêneres invasores em fragmentos florestais da microrregião de Viçosa, MG, Bacia Hidrográfica do Rio Doce”



PESQUISAS AUTORIZADAS PELO SISBIO

De 1/1/2007 até 5 de novembro de 2020, o Sisbio autorizou 15.833 pesquisas dentro de UCs federais, 15.327 fora de UCs, 1.692 dentro de UC estadual e 474 dentro de UC municipal

Assista aos vídeo-pôsteres elaborados para o XI Seminário de Pesquisa e XII Encontro de Iniciação Científica. Acesse o [AVA-ICMBio](#) para obter os links e não se esqueça de curtir.

ICMBio assina Termo de Compromisso com pescadores tradicionais de Noronha

O ICMBio, através de um Termo de Compromisso, permitiu a pesca da sardinha para uso como isca viva pelos pescadores tradicionais no interior do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, em Pernambuco. A liberação vigora durante o período do Swell, fenômeno natural originado por ventos fortes vindos do oceano com ondas de até 4 metros de altura, que inviabilizam ou tornam perigosa a pesca da sardinha em determinados locais da ilha, seja pelos riscos aos pescadores ou pelos deslocamentos dos cardumes.

No Termo de Compromisso, assinado com os pescadores tradicionais, foram previstas regras rígidas como a restrição de área, definição de horário para pesca, quantidade de pescado permitida, monitoramento e o prazo de validade da medida. Ao final do processo, serão analisados os dados e apresentadas as propostas de revisão ou manutenção do acordo.

O documento foi construído em processo de discussão entre a comunidade local e as áreas técnicas do ICMBio, com apoio de equipe multidisciplinar. Desta forma, a medida irá garantir o modo de vida tradicional dos pescadores da ilha de Fernando de Noronha, a disponibilidade de pescado, a segurança alimentar e o trabalho em harmonia com a preservação ambiental na área do Parque Marinho de Fernando de Noronha.

REGRAS DO SNUC

O Termo de Compromisso está de acordo com as regras estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, que estabelece como um de seus objetivos a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento sua cultura e as promovendo socialmente e economicamente. Além de garantir as condições capazes de tornar compatíveis a presença dos povos tradicionais em áreas especialmente protegidas.

O Decreto 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, garante o respeito às práticas, costumes e saberes diretamente vinculados à essa consciência socioambiental de ter o alimento hoje e ter o alimento para o futuro.

No mesmo sentido, a Instrução Normativa do ICMBio nº 26, de 2012, que disciplina a aplicação do previsto na Lei nº 9.985/2000 e no Decreto 6.040/2007 no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, prevê a instituição dos Termos de Compromisso para resolução de conflitos, de modo que o meio ambiente não represente um retrocesso na vida das pessoas, mas sim um meio de garantir que os recursos naturais existam de maneira permanente para a atual e futuras gerações.

Termo de Compromisso está de acordo com as regras estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)



: Foram recolhidos 541 kg de pescado nas ações, boa parte foi doado ao Fundo Social de São Sebastião.

Pesca predatória próxima ao Arquipélago de Alcatrazes mobiliza ações de fiscalização

A pesca predatória muito próxima ao Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes em São Sebastião (SP) tem preocupado a coordenação de fiscalização do ICMBio. De julho a setembro, foram realizadas nove operações de fiscalização. Os autos de infrações já somam quase R\$ 820 mil em multas (dez dos autos surgiram a partir de informações do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite, o PREPS). Além de apreensões de petrechos de pesca, foram recolhidos 541 kg de pescado nas ações, boa parte foi doado ao Fundo Social de São Sebastião. Somente em junho foram 22 pessoas autuadas.

A equipe do ICMBio constatou que os infratores têm intensificado os crimes ambientais. Porém, a CGPRO não parou com as fiscalizações, e as multas têm sido recordes comparados com anos anteriores no Arquipélago de Alcatrazes. Para a equipe, apoio policial e estratégias mais elaboradas para operações, são fundamentais para coibir a prática de pesca predatória.

Bom Futuro – Em agosto, quatro agentes de fiscalização, acompanhados de seis policiais

militares, realizaram uma operação na Floresta Nacional do Bom Futuro em Porto Velho, Rondônia. Foram lavrados dois autos de infração que somam mais de R\$ 3,27 bilhões em multas, uma apreensão, no valor de mais de R\$ 100 mil, e um embargo, de mais de 326 hectares. A unidade vem sofrendo crescente furto de madeira e invasões de grupos organizados, que estão praticando a grilagem de terras públicas, o que gerou desmatamento e conflitos sociais. Os agentes vistoriaram 11 ramais ostensivamente, além de entregarem intimações em sete municípios de Rondônia, já que os Correios não atendem certas localidades rurais remotas. Alguns infratores foram pegos em flagrante e conduzidos à Polícia Federal.

Resex Chico Mendes – Durante vinte dias em outubro, oito fiscais do ICMBio realizaram operações de fiscalização na Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre. O resultado foram nove autos de infração, que somaram quase R\$ 2,12 milhões em multas, e quatro embargos, de quase 204 hectares. Nesta operação, os fiscais analisaram imagens de alertas do Deter e do Prodes, do Inpe, para identificar os polígonos de desmatamento e a fiscalização em campo

ODS relacionados



Esec da Serra das Araras realiza operação de combate aos incêndios

Entre os dias 12 de setembro a 22 de outubro (40 dias), houve uma mega-operação de combate aos incêndios sobre a vegetação da Estação Ecológica (Esec) da Serra das Araras, localizada na Província Serrana Matogrossense. Participaram da operação, além dos brigadistas da UC, brigadistas do Parque Nacional da Serra dos Orgãos (RJ), da Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins (TO), da Reserva Biológica do Jarú (RO), e brigadistas do Prevfogo/IBAMA do Estado do Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, poder público municipal e ainda membros das comunidades do entorno.

A ação também envolveu o combate aos incêndios das comunidades do entorno da unidade de conservação (comunidade Salobrinha, Vãozinho, Vão Grande (Vaca morta, Baixo, Camarinha), Salobra Grande, Novo Oriente,

Luzia, Vila Aparecida, Comunidades da região das nascentes e no Vale do Rio Jauquara, municípios de Porto Estrela, Barra do Bugres e Cáceres). Foram realizados combates diretos e indiretos em condições de altíssimas temperaturas (sendo comum temperatura máxima de 43°C) e baixa umidade relativa do ar (chegando à umidade de 10%), com apoio das populações rurais. “Não tiveram nenhum momento de desamino diante dos trabalhos e foram dias, noites e madrugadas em claro para impedir que o fogo avançasse sobre áreas prioritárias para conservação, estruturas prediais no interior da UC, cercas, pastos, currais, casas e demais estruturas rurais das comunidades do entorno”, conta o chefe de esquadrão da Esec, Carlos de Souza Ferreira.

A união de pequenos e médios proprietários rurais, pecuaristas e fazendeiros foi algo de destaque na operação de combate aos incêndios

Foram realizados combates diretos e indiretos em condições altíssimas temperaturas.



ODS relacionados



sobre a vegetação na região, segundo conta o analista ambiental da Esec, Marcelo Leandro Feitosa de Andrade. “Conseguimos organizar e fazer trabalhar conosco o poder público municipal de Porto Estrela (MT), pequenos sítiantes de agricultura familiar, pecuarista, as comunidades quilombolas da Província Serrana (MT) e fazendeiros. Acredito que mais do que ter impedido a progressão do incêndio da vegetação natural e propriedades rurais, salvamos vidas humanas. Agradeço imensamente as brigadas do ICMBio, que honraram nossas gandolas e camisetas amarelas trabalhando com imensa dignidade e profissionalismo, com nenhum acidente de grande gravidade”, ressaltou Marcelo.

Jorge Gonçalves, produtor rural da região da Salobra Grande, disse que nunca tinha visto um fogo com grande intensidade na região e que agradece a equipe de brigadistas pelo apoio e orientação em fazer as linhas de defesa com maquinário pesado (tratores com arado e pá carregadeira) e, também, pelo combate indireto (queima de expansão), que salvou 430 ha de pastagem e estruturas rurais da sua propriedade rural. Já Rafael Bento, representante do Comitê Popular do Rio Jauquara e Rio Paraguai, uma das lideranças da comunidade quilombola do Vão Grande, Quilombo do Baixio, agradeceu a

presença da equipe de brigadista do PrevFogo em atender a Comunidade do Vão Grande, contendo o fogo que estava no morro próximo da comunidade e salienta a importância de ter brigadas no Pantanal, em especial, na região do Alto Paraguai, nascente do Pantanal.

Manuel André, ex-brigadista do ICMBio e líder da Comunidade Quilombola Salobrinha, disse que a comunidade estava despreparada com as medidas preventivas contra os incêndios sobre a vegetação, pois havia muitos anos que a comunidade não sofria com estes eventos. Mas com o empenho da brigada do ICMBio e Prevfogo, que não mediram esforços e com muita determinação, iniciaram os trabalhos em tempo hábil de salvar a comunidade do incêndio. Foram 14 dias de construção de linhas de defesa realizada parte com maquinário pesado e parte feita com ferramentas manuais (como facão, foice e enxada) e realização de combate indireto.

Um desafio futuro da gestão da Estação Ecológica da Serra das Araras é a continuidade dos trabalhos do Manejo Integrado do Fogo, que inclui manutenção de trilhas, aceiros e realização das queimas prescritas, assim como aproveitar toda a articulação realizada com as comunidades do entorno para realizar a gestão do fogo.

ODS relacionados



Curta

STF autoriza ICMBio receber R\$ 14 milhões de recursos recuperados da Lava-Jato

O ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, autorizou o repasse de R\$ 14 milhões de recursos recuperados pela Lava Jato para o ICMBio. A solicitação foi feita pela Advocacia-Geral da União (AGU). A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se a favor de um pedido do governo federal para destinar R\$ 14 milhões do dinheiro

recuperado pela Operação Lava-Jato ao ICMBio “diante do contexto emergencial instaurado com o avanço de queimadas”. Os recursos seriam aplicados em ações de combate ao desmatamento ilegal, contratação de brigadistas temporários e aquisição de equipamentos, como viaturas e coletes à prova de balas.

Enap realiza Semana da Inovação 2020

Estão abertas as inscrições para a Semana da Inovação 2020. Em sua sexta edição o evento acontece de forma virtual de 16 a 19 de novembro, irá reunir mais de 150 palestrantes e será o braço brasileiro de uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em todo o mundo.

O maior evento de inovação pública da América Latina é uma realização da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), do Ministério da Economia, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio e a participação de diversas instituições do governo federal, além de organismos internacionais, grupos da sociedade civil e representantes do setor privado.

Aberta inscrições para o curso do SAMGe

Estão abertas as inscrições para participação do Curso de Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SAMGe), turma 2. O curso será EaD – autoinstrucional, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA do ICMBio). O período das aulas acontecerá de 26

de outubro a 11 de dezembro. A carga horária é de 40 horas, e estão sendo oferecidas 1.000 vagas. As inscrições podem ser feitas de 26 de outubro a 23 de novembro. Para mais informações, acesse a página do curso no AVA [aqui](#).

Curtas

Gestores das unidades devem mandar planejamento das ações de fiscalização ambiental

A Coordenação de Fiscalização (Cofis) informa que estão abertos os prazos para o envio do planejamento de ações de fiscalização para o exercício de 2021 pelas unidades de conservação. Os planejamentos deverão ser encaminhados até o dia 11 de dezembro de 2020 para compilação das informações, aprovações das Gerências Regionais e descentralização dos recursos. Os planejamentos das ações de fiscalização deverão ser elaborados por meio

do formulário disponível na Rede ICMBio, menu "Macroprocessos", opção "Proteção", "Fiscalização" e, por fim, botão: PLANAF - 2021. Orientações adicionais quanto à utilização da ferramenta ou outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao tutorial de preenchimento do PLANAF, disponível no anexo do edital ou contatando a Coordenação de Fiscalização, pelo e-mail planaf.cofis@gmail.com.

Diversas vagas abertas para remoção

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas informa que estão abertas diversas vagas para remoções. Os interessados deverão enviar processo via SEI à CGGP contendo o Formulário de Inscrição para Recrutamento/Remoção, disponíveis no SEI, e currículo. Dúvidas poderão ser solucionadas através do e-mail remocao@icmbio.gov.br.

Estão disponíveis vagas no Parque Nacional das Emas, com inscrições abertas até 05/12. Na Coordenação-geral de Proteção (CGPRO) são 18 vagas com inscrições até 18 de novembro. E, no Núcleo de Gestão Integrada/ICMBio Sena Madureira, há 4 vagas com inscrições até 13 de dezembro.

Inscrições abertas para o Curso Planejar para Resultados

Estão abertas as inscrições para participação do Curso Planejar para Resultados. As aulas serão por EaD com tutoria, nas plataformas Teams e AVA do ICMBio. O período de realização é de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2020. A carga horária é de 68 horas, e o número de vagas 35. As inscrições são de 11 de novembro a 22 de novembro. Para mais informações, clique aqui e acesse a página de divulgação no AVA. <http://ava.icmbio.gov.br/mod/page/view.php?id=10489>

Cepam avalia estado de conservação de peixes continentais amazônicos

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam) realiza consulta ampla de avaliação do risco de extinção de peixes continentais amazônicos da família Characidae. Pesquisadores e demais interessados têm até o dia 26 de novembro para enviar as suas contribuições. As fichas estão disponíveis para edição e envio das contribuições através do

Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade (SALVE). As oficinas de avaliação estão sendo realizadas por grupos taxonômicos: Ordens ou famílias. Depois da consulta, ocorrerá a Oficina de Avaliação do Risco de Extinção dos Peixes Amazônicos, que abrangerá 175 espécies da família Characidae, que acontecerá no início de dezembro deste ano, de forma on-line.

Parna da Chapada dos Veradeiros (GO)

Fotos: Rui Faquini





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Carla de Oliveira

Projeto Gráfico

DCOM

Diagramação

Marília Ferreira

Revisão de Texto

Ramilla Rodrigues

Chefe Substituto da Divisão de Comunicação

Bruno Bimbato

Foto da Capa

Natan Tomaz Massardi

Colaboraram nesta edição

Carla Oliveira/Dcom, Cepam, Roberta Graf, Gestão de Pessoas, Serena Turbay dos Reis, Marcelo Leandro Feitosa/Esec das Araras, Equipe CPB, Carolina Cheida/bolsista Cenap,

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



[@icmbio](https://instagram.com/icmbio)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL